

Leite propõe reajuste de 9,45% ao magistério

ISABELLA SANDER

isabella.sander@zerohora.com.br

VINÍCIUS COIMBRA*

vinicius.coimbra@zerohora.com.br

O governador Eduardo Leite propôs reajuste salarial de 9,45% para o magistério estadual, em reunião realizada ontem com integrantes do Cpers, sindicato que representa os servidores da rede estadual de ensino. A proposta equipara o salário dos docentes estaduais ao valor do recém-instituído piso nacional dos professores, que é de R\$ 4,42 mil para 40 horas de trabalho – mas inclui apenas professores da ativa e aposentados.

O valor é cinco pontos percentuais e meio menor do que o pleiteado pelo sindicato, que pede recomposição de 14,95%, e que se estenda aos demais funcionários das escolas. Portaria nacional prevê o índice de 14,95%.

O governo argumenta que um aumento nos gastos com o funcionalismo não pode ultrapassar o estipulado pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que prevê que os Estados podem gastar somente até 49% de suas receitas com a folha.

Segundo a presidente do Cpers, Helenir Schürer, as propostas de Leite serão levadas para a assem-

bleia geral da categoria, no dia 3 de março. De acordo com ela, Leite também sinalizou que concurso para o magistério estadual deverá ser publicado no Diário Oficial até 15 de março, o que é “bem-vindo”.

De acordo com a presidente do Cpers, acréscimo no aumento do salário dos funcionários das escolas da rede estadual não foi sinalizado porque, segundo o Executivo estadual, seria necessário fazer um estudo no plano de carreira desses servidores.

– Dissemos que se for feito esse estudo, queremos acompanhar, para que não sejamos surpreendidos com mudança no plano de carreira – afirma Helenir.

Impacto

Segundo nota divulgada pelo Palácio Piratini, o índice proposto incide sobre todos os níveis de carreira dos professores ativos e aposentados, com paridade, e tem um impacto financeiro estimado em R\$ 430 milhões neste ano. Pela proposta, todos os docentes gaúchos ganharão, no mínimo, o valor do novo piso nacional.

“Diante de um cenário de incertezas em relação às receitas do Estado por conta da queda da arrecadação, bem como considerando as limitações da legislação, enten-

Plano de carreira

Além de pleitear reajuste de 14,95% para professores da ativa, aposentados e funcionários de escolas, o Cpers também rejeita qualquer discussão sobre alteração do plano de carreira – o estatuto do magistério já foi alterado, a contragosto do sindicato, em 2020.

Na alteração, o salário dos professores estaduais foi dividido em duas partes: um valor principal relativo ao subsídio e outro valor, em separado, correspondente às vantagens (como quinquênios) adquiridas ao longo da carreira.

Pela regra, quando há reajuste salarial, parte desse aumento é descontado dessa parcela, o que, segundo o Cpers, reduz o reajuste real nos salários de parte dos professores. O sindicato exige que o percentual de reajuste em 2023 seja aplicado integralmente.

demos que essa é uma proposta adequada para atender a categoria. Estamos fazendo um esforço muito grande para valorizar a carreira de professor, porque a educação é a prioridade do governo”, afirmou Eduardo Leite no comunicado.

*Colaborou Pedro Nakamura

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: Rede Estadual **Página:** 16